

# As implicações da organização curricular na práxis pedagógica de docentes

## The implications of curricular organization on teachers' pedagogical practice

Maria Leudysvania de Sousa Lima Gadêlha<sup>1</sup> , Ana Cristina de Moraes<sup>2</sup> ,  
Eloilma Moura Siqueira Macedo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Ceará (UECE), Limoeiro do Norte, CE, Brasil

<sup>2</sup>Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil

**COMO CITAR:** GADÊLHA, M.L.S.L.; MORAES, A.C.; MACEDO, E.M.S. **As implicações da organização curricular na práxis pedagógica de docentes.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 19, e18930, 2024. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.1893001>

### Resumo

Este ensaio objetiva compreender as implicações da organização curricular na práxis pedagógica que fomenta os processos de formação e atuação docente. Justifica-se pela necessidade de discutir a práxis como forma de ruptura com os elementos perniciosos que o neoliberalismo tem imposto à educação. Destarte, esse ensaio de cunho qualitativo encontra-se esteado em aportes teóricos que discutem sobre o assunto em tela. Com base em estudos epistemológicos e nas reflexões construídas a partir da problematização da temática, foi inferido que o currículo projeta as concepções políticas, econômicas e sociais hegemônicas, impelindo que os processos de formação e atuação docente encontrem dificuldades em serem concebidos segundo a perspectiva da práxis pedagógica, que por sua vez, advoga a articulação entre reflexão e ação. Assim, se percebe a necessidade de refletir acerca do atual sistema de ensino e das propostas curriculares que o rege e, dessa forma, corroborar com os estudos concernentes.

**Palavras-chave:** currículo; formação docente; práxis pedagógica.

### Abstract

This essay aims to understand the implications of curricular organization in the pedagogical praxis that fosters the processes of teacher training and performance. It is justified by the need to discuss praxis as a way of breaking with the pernicious elements that neoliberalism has imposed on education. Therefore, this qualitative essay is based on theoretical contributions that discuss the subject at hand. Based on epistemological studies and reflections constructed from the problematization of the theme, it was inferred that the curriculum projects hegemonic political, economic and social conceptions, causing the processes of training and teaching performance to encounter difficulties in being conceived according to the perspective of praxis pedagogical, which in turn, advocates the articulation between reflection and action. Thus, we see the need to reflect on the current education system and the curricular proposals that govern it and, in this way, corroborate the relevant studies.

**Keywords:** curriculum; teacher training; pedagogical praxis.

### \*Autor correspondente:

maria.leudysvania@aluno.uece.br

**Submetido:** Janeiro 15, 2024

**Revisado:** Março 07, 2024

**Aprovado:** Abril 17, 2024

**Fonte de financiamento:** CNPQ, FUNCAP e SME/Fortaleza.

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.

### Aprovação do comitê de ética:

O trabalho respeitou a ética durante a pesquisa, porém, não passou por Comitê de Ética, já que não envolve trabalho de campo envolvendo seres humanos.

### Disponibilidade de dados e material:

Sim. Na lista foram apresentadas as fontes utilizadas e as vias de acesso.

Trabalho realizado na Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

## INTRODUÇÃO

O sistema educacional é um recorte projetivo da conjuntura política e socioeconômica proeminente em uma determinada sociedade, e, em sua maioria, essas conjunturas se engendram a partir de uma ideologia neoliberal que, por sua vez, alcançou um estado de hegemonia ao longo dos anos 1980 e 1990 e que tem se mantido até os dias atuais. Esse regime de desigualdade e opressão, que provém do capitalismo, tem se instalado nos mais diversos segmentos da sociedade, inclusive com forte prevalência na educação conforme se pode constatar nos estudos de importantes autores como Almerindo Janela Afonso (2016), Luiz Carlos de Freitas (2014), István Mészáros (2008), Pablo Gentili (1996), dentre outros.

Dessarte, é mister que a organização curricular educacional seja refletida e estruturada de modo a fazer com que suas diretrizes propostas, principalmente no que dizem respeito aos conteúdos e as metodologias de ensino e aprendizagem, suscitem discussões que problematizem a realidade política e social vigente. Entretanto, massivamente, se infere que os documentos curriculares não instigam uma formação crítica e a construção de uma consciência real e não alienada, isso porque boa parte deles são elaborados com a participação de organizações multilaterais, que, por vezes, fomentam a lógica do capital financeiro.

Estudos e pesquisas como as de Michael Young (2014), José Gimeno Sacristán (2013) e Tomas Tadeu da Silva (2005), que podem ser tidos como referências na discussão sobre currículo, evidenciam que este não pode ser concebido como um mero documento. De acordo com as reflexões dos autores supracitados este documento pode ser visto como ferramenta de poder (Young, 2014), tendo em vista a sua capacidade de influenciar e direcionar os comportamentos e iniciativas institucionais. Nele estão embutidos ideologias, crenças e interesses e, portanto, é preciso refletir acerca das diretrizes estabelecidas por ele, afinal, o desenvolvimento do ensino-aprendizagem não deve assumir postura passiva, pelo contrário, é necessário que haja uma postura ativa e criadora.

É nesse contexto que se destaca a importância da práxis pedagógica, já que ela se configura como um movimento dialético de caráter educacional, social e político que visa problematizar as questões sociais proeminentes e suas implicações sobre a educação. Por sua vez, a formação docente também está aglutinada a esta discussão, afinal, os professores são os principais protagonistas desse enredo no que diz respeito à execução das políticas curriculares em sala de aula (Gadêlha, 2022)<sup>1</sup>.

Nesse sentido, este trabalho objetiva compreender as implicações da organização curricular na práxis pedagógica que fomenta os processos de formação e atuação docente. Para isso, essa discussão de cunho qualitativo se aporta nas contribuições teóricas de Young (2007, 2014), que aborda a dimensão do currículo; Arroyo (2001), que problematiza a questão das composições curriculares; Tomaz Tadeu da Silva (2005), que discute sobre as teorias do Currículo; Imbert (2003), que conceitua a práxis pedagógica; Vázquez (2011) que explica sobre a filosofia da práxis; Konder (1992), que faz uma análise histórica e temporal da manifestação da práxis; entre outros autores.

A construção deste ensaio está organizada da seguinte forma: inicialmente, é feita uma introdução geral da temática e a apresentação dos elementos elucidativos da discussão; no segundo momento, discutimos acerca da figura do Estado, da Sociedade e da Educação na atual conjuntura; na terceira parte, realizamos uma conversa entre a proposta presente no âmbito da práxis pedagógica e do Currículo; na última parte, são tecidas as considerações finais e, em seguida, apresentam-se as referências utilizadas.

## ESTADO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NA COMPLEXIDADE DA CONJUNTURA ATUAL

Na obra "Educação e luta de classes", de autoria de Aníbal Ponce (2001), se pode identificar que desde os tempos mais remotos a história da humanidade é caracterizada pela divisão de

<sup>1</sup> Em estudo recente, Gadêlha (2022, p. 7) infere que, com base na análise sobre a concepção docente de práxis pedagógica e de que forma ela se materializa na formação inicial dos estudantes de um Curso de Pedagogia de uma universidade pública estadual brasileira, "[...] a constituição de uma práxis pedagógica representa um importante avanço formativo, pois além de contemplar a unidade teórico-prática enquanto caminho de (auto) transformação, busca apreender dialeticamente as dimensões do conhecimento, de forma contextualizada e congruente, com os aspectos sociais, históricos e políticos do ato educativo".

classes e relações de poder. O que muda são as conjunturas de cada época, mas, em todas elas, se constata uma progressiva e acentuada polarização das classes sociais e a exploração do trabalho. Essa evidência se estende aos mais diferentes setores, entre eles, o educacional, já que a ideologia neoliberal foi incorporada aos processos educativos materializada substancialmente por meio de políticas de gestão e de avaliação por resultados.

Tratando-se da implantação e do desenvolvimento do neoliberalismo, o Consenso de Washington, por exemplo, ocorrido no final na década de 1980, elaborado pelo economista norte-americano John Williamson, trazia entre suas recomendações a política de privatização das empresas estatais, a redução fiscal do Estado, a diminuição das leis trabalhistas e a terceirização dos serviços como formas de reduzir a participação do governo na Economia e os gastos públicos. Essas propostas de cunho neoliberal

[...] conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. (Anderson, 1995, p. 12).

Dessarte, o neoliberalismo impõe-se como ideologia dominante que se infiltra na sociedade aumentando consideravelmente as desigualdades já existentes. No campo das políticas públicas, as prescrições dos organismos internacionais que projetam em nosso país um modelo de educação de ordem neoliberal ameaçam o futuro da nossa sociedade, pois as bandeiras que estão sendo hasteadas no interior das instituições educativas, em sua maioria, revelam um sistema de ensino meritocrático e com práticas pedagógicas que se fundam em padrões mecânicos e tecnicistas.

Uma amostra disso são as movimentações frenéticas e no tanto acirradas que ocorrem nas escolas públicas de Educação Básica durante o processo de preparação para avaliações externas e/ou em larga escala, tendo como exemplos: o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE); o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB); o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e/ou vestibulares específicos de algumas universidades que exigem esse tipo de avaliação para ingressantes. Sobre isso, o autor Almerindo Afonso (2013) afirma que: “[...] as formas de avaliação estão cada vez mais subordinadas à produção de resultados mensuráveis e à remeritocratização elitista da escola pública; os exames externos são feitos numa idade cada vez mais precoce (agora já no 4º ano de escolaridade); a avaliação formativa foi definitivamente desvalorizada [...]” (Afonso, 2013, p. 290).

A pressão que toma conta dos ambientes educativos, com a chegada dessas avaliações, revela a fragilidade que esse sistema capitalista tem feito despontar nos profissionais da educação e também nos discentes. Sem falar da

[...] contínua política de desmonte, por parte do governo federal, das universidades e institutos federais em nosso país com redução de custeio, nomeação de interventores militares para o cargo de reitor e o frequente ataque à autonomia universitária. (Bonfim, 2021, p. 158).

Ao cabo disso, o conhecimento real nos é negado. O mais preocupante, e também revoltante, é que até mesmo o Estado, figura esta que deveria se responsabilizar por preservar os direitos sociais e buscar a justiça e a igualdade, também é aliado desse sistema opressor, pois “[...] emerge como um aparelho da classe dominante precisamente com a finalidade de reproduzir seu domínio” (Oliveira, 1985, p. 55). Não é de hoje que o Estado atende muito mais aos interesses das classes dominantes do que aos da população. Segundo Zavaleta (2009, p. 331): “Em seu sentido mais remoto, é claro que o Estado é um aparato de uma classe ou de um bloco para dominar outra, ainda que de forma diferida. Na verdade, a forma instrumental

é uma reminiscência dos momentos primários de poder”<sup>2</sup>. Em nosso contexto de imposição neoliberal o Estado é, desta forma, um mecanismo a serviço das altas classes.

Mediante a isso, até se poderia indagar: a classe trabalhadora, por vezes, fragilizada pela violação de direitos e a privação de uma educação emancipatória e humanizada, tem efetivas condições de participar de uma luta como essa em que do outro lado se encontra a força e o poder econômico e político das classes dominantes apoiadas até mesmo pelo próprio Estado? Não se pode afirmar que não é possível, porém, “a luta tem de ser, portanto, consciente, organizada e dirigida [...]” (Vázquez, 2011, p. 233).

Deveras, já há um significativo número de produções acadêmicas e científicas sobre a hegemonia neoliberal e suas reverberações sobre a sociedade, portanto, esse presente constructo não é novidade quando aborda sobre os prejuízos e as limitações à emancipação humana e a formação política e histórica dos sujeitos decorrentes desse sistema, mas apesar dessa abundância de estudos relativos ao tema, se percebe a importância de insistir e reforçar a problemática, afinal, é preciso construir um movimento de conscientização, que, por sua vez, se estrutura a partir de esforços repetitivos e permanentes.

## CURRÍCULO E A PRÁXIS PEDAGÓGICA DE DOCENTES

O currículo escolar tem papel fundante para a prática pedagógica, visto que ele orienta o trabalho cotidiano de ensino-aprendizagem definindo os conteúdos que deverão ser trabalhados ao longo do período letivo, as metodologias que podem ser empregadas e os objetivos a serem alcançados. É um documento que organiza o conhecimento em disciplinas e que possui ainda uma outra função para além da normativa: articular os saberes cientificamente e historicamente construídos com aqueles que são necessários para a vida em sociedade, portanto, “[...] é como atividade que o currículo deve ser compreendido – uma atividade que não se limita à nossa vida escolar, educacional, mas à nossa vida inteira.” (Silva, 2005, p. 43).

Nesse sentido, se pode afirmar que a forma e a organização do currículo influenciam sobremaneira na prática didático-pedagógica do professor, e, portanto, a depender do como estão postos, podem contribuir para que a educação seja uma fonte de “conhecimento poderoso”, isto é, que tem o potencial de “[...] fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo” (Young, 2007, p. 1294) ou como fonte de “conhecimento dos poderosos” que se configura como instrumento de manutenção das desigualdades sociais (Young, 2014).

É sob essa perspectiva que se propõe a discussão e a reflexão sobre o significado da práxis e sua contribuição para a formação humana através do trabalho docente. Conforme esclarece Vázquez (2011, p.221), “toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis”. Os estudos basilares sobre a categoria da práxis (Vázquez, 2011; Konder, 1992; Freire, 2019), preconizam que é necessário ao homem recorrer a reflexão e a ação, ou seja, a teoria e a prática, para que assim alcance uma compreensão holística da realidade que o cerca e dessa maneira consiga alcançar o ideal de transformação.

Desse modo, a teoria é a atividade do pensamento capaz de conceber e organizar as ideias e dotá-las de consciência; e a prática, é a realização material e objetiva dessa atividade. Assim, como atividade teórico-prática, a práxis “[...] tem um lado ideal, teórico, e um lado material, propriamente prático, com a particularidade de que só artificialmente, por um processo de abstração, podemos separar, isolar um do outro” (Vázquez, 2011, p. 264). Isto posto,

A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que

<sup>2</sup> “En su acepción más remota, es claro que el Estado es un aparato de una clase o de un bloque para dominar a otro, aunque sea de un modo diferido. En realidad, la forma instrumental es una reminiscencia de los momentos primarios del poder” (Zavaleta, 2009, p. 331, tradução nossa).

enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática. (Konder, 1992, p. 115).

Tratando-se mais especificamente da práxis pedagógica, ela é uma contraposição de práticas de ensino fechadas, padronizadas e presas a moldes: “[...] a práxis mobiliza o momento instituinte da instituição. Ela abre novas saídas, abre um novo vir-a-ser. Ela opera a ruptura com os laços arcaicos, as identificações acabadas, as definições definitivas” (Imbert, 2003, p. 74). Em outras palavras, o que difere a práxis é que ela

[...] não cessa de fazer o novo aparecer. Contrariamente a uma prática pedagógica enclausurante, ela se funda sobre o reconhecimento explícito da abertura de seu objeto e somente existe enquanto for capaz de manter a tensão de tal abertura. (Imbert, 2003, p. 118).

Entretanto, é sabido que, por vezes, a autonomia docente é limitada e infringida, consequentemente transformar a prática em práxis se torna um exercício árduo. Há hierarquização de poderes; há relações de força e de conflitos que acabam geralmente envolvendo e influenciando o trabalho do professor, dessa forma, “[...] de tanto viver, planejar e agir dentro das grades curriculares, nos pensamos e pensamos o mundo, a sociedade e a história, os educandos e sobretudo pensamos o conhecimento e a cultura gradeados, hierarquizados.” (Arroyo, 2001, p. 211).

Efetivamente não se pode fantasiar a realidade. Há uma real luta de classes acontecendo e de maneira desigual. Há uma disputa pelo controle da educação e o professorado está bem no meio desse fogo cruzado e o currículo também é utilizado como instrumento de poder. Todavia, por mais desafiador e desigual que seja esse embate, é preciso resistir em não concordar e em não compactuar com um modelo de currículo unilateral, autocrático, alienado, por isso “[...] precisamos entender os currículos como formas de conhecimento especializado para podermos desenvolver currículos melhores e ampliar as oportunidades de aprendizado.” (Young, 2014, p. 197). À vista disso,

[...] o pensamento sobre o currículo tem de desvelar sua natureza reguladora, os códigos por meio dos quais ele é feito, que mecanismos utiliza, como é realizada essa natureza e que consequências podem advir de seu funcionamento. Porém, não basta se deter a isso. Também é preciso explicitar, explicar e justificar as opções que são tomadas e o que nos é imposto; ou seja, devemos avaliar o sentido do que se faz e para o que fazemos. (Sacristán, 2013, p. 23).

Certamente percorrer esse caminho não é uma tarefa fácil. É complexo falar sobre o currículo e a sua relação com a atuação de professores vinculada a perspectiva da práxis pedagógica. Por outro lado, a complexidade do assunto revela também a sua pertinência e relevância para o campo socioeducativo, afinal, falar sobre currículo é tratar da dinâmica das relações didático-pedagógicas que engendram o sistema educativo, político e econômico e dos processos de formação e atuação para a docência.

Sem dúvidas não é de uma hora para outra que a mudança acontece e que os resultados florescem. Os movimentos populares<sup>3</sup> em defesa de causas sociais são retratos fiéis da dificuldade e da morosidade da luta. Além disso, muitas vezes a busca pela liberdade custa um alto valor e, nesse ínterim, fatalidades<sup>4</sup> também acontecem. Mas é preciso insistir, resistir e por isso se advoga que o trabalho do professor e a prática pedagógica substanciada em práxis, são muito importantes e necessários, tanto para o processo de formação e emancipação humana, quanto para a construção de um currículo que se preocupe com a função política e social da educação.

<sup>3</sup> Movimentos Negro, Indígena, Feminista, Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), etc.

<sup>4</sup> Muitas das pessoas que participam ativamente desses movimentos são vítimas de assassinato, como foi o caso da vereadora Marielle Franco assassinada em 2018 e do agricultor Zé Maria do Tomé em 2010, dentre tantos outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esteio nas reflexões oriundas da problematização posta por este trabalho foi inferido que o currículo projeta de maneira preponderante as concepções políticas, econômicas e sociais hegemônicas, impelindo para que os processos de formação e também de atuação docente encontrem dificuldades em serem concebidos segundo a perspectiva da práxis pedagógica, que por sua vez, advoga um sistema de ensino livre e democrático, comprometido com a transformação salutar da realidade.

Em vista disso, é indispensável que as instituições de ensino e a sociedade participem do processo de elaboração e de desenvolvimento do currículo com o propósito de assegurar que as suas necessidades e demandas serão contempladas pelo documento e que a organização curricular tratará de assegurar uma preponderante qualidade do ensino-aprendizagem e da formação docente.

Conforme supracitado, a educação se situa acampada em um terreno minado e tortuoso. Há no interior das políticas educacionais uma força arbitrária que busca a manipulação do conhecimento e a submissão das massas a fim de evitar contrariedades e assim assegurar um estado de hegemonia. Por isso, nesse texto, foi mencionada a importância da conscientização, que por sua vez, consiste em identificar as reais pretensões de certos movimentos.

Deveras, não é fácil pôr em execução alguns dos discursos e das ações que são idealizadas, afinal, se sabe que as dificuldades e os empecilhos existem, porém, se a paralisação e o silêncio prevalecerem a equidade e a justiça perecerão. Sendo assim, não se pode correr o risco de deixar que grupos hegemônicos tomem a voz da população e decidam tudo por ela indiscriminadamente.

As reflexões e problematizações aqui elencadas se tornam ainda mais prementes quando se pensa acerca do currículo, visto que ele é uma expressiva ferramenta de mediação e intervenção na política educacional das instituições de ensino. Nesse sentido, a reflexão acerca da organização curricular é imprescindível, pois é pertinente analisar se há no currículo os espaços para a construção da práxis pedagógica, especialmente no que se refere as possibilidades de atuação docente.

Para a tessitura dessa análise certamente é necessária a realização de uma pesquisa empírica que possibilite o contato real com professores e os documentos curriculares presentes nas instituições de ensino. Como não foi possível realizá-la no momento, esse trabalho prefigurou-se como um ensaio teórico sobre tema, mas posteriormente, pretende-se, através de pesquisa de campo, ampliá-lo e registrar seus resultados empíricos nas produções futuras.

Em suma, sendo, pois, o currículo um caminho (a ser) trilhado galga-se a constante e necessária rota no sentido de propor e alcançar uma formação e atuação profissional crítica e contextualizada com base na perspectiva das teorias curriculares críticas e pós-críticas a fim de se ampliar a percepção das relações de poder que permeiam essas elaborações curriculares com vistas a tornar professores e alunos cada vez mais protagonistas de processos formativos que instigam outros sujeitos a também assumirem singulares protagonismos.

## AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP e à Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza – SME, pelo fomento à pesquisa e apoio financeiro. À Universidade Estadual do Ceará – UECE, pelo apoio e incentivo à pesquisa científica.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Políticas avaliativas e *accountability* em educação—subsídios para um debate iberoamericano. *Sisifo*, Lisboa, n. 9, p. 57-70, 2016. Disponível em: <http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/148>. Acesso em: 30 abr. 2024.

AFONSO, A. J. Um olhar sociológico sobre políticas para a educação, avaliação e accountability. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 286-296, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/24777>. Acesso em: 17 jun.2024.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BONFIM, M. A. L. Por uma linguística aplicada antirracista, descolonial e militante: Racismo e branquitude e seus efeitos sociais. **Língu@ Nostr@, Revista Virtual de Estudos de Gramática e Linguística**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 157-178, 2021. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaror.html?task=detalhes&source=&id=W3216338544>. Acesso em: 17 junho 2024.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 53. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 1085-1114, 2014. DOI: <http://doi.org/10.1590/ES0101-73302014143817>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GADÊLHA, M. L. S. L. **A concepção docente de práxis pedagógica na formação inicial de pedagogos (as)**. 2022. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação e Ensino – MAIE) – Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2022. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=106568>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T.; GENTILI, P. (org.). **Escola SA: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996. p. 9-49. Disponível em: <https://barricadasabremcaminhos.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/06/neoliberalismo-e-educacao.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

IMBERT, F. **Para uma práxis pedagógica**. Brasília: Plano Editora, 2003.

KONDER, L. **O futuro da Filosofia da Práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, M. Filosofia Política: de Hobbes a Marx. **Síntese: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 33, 1985. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2014>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SACRISTÁN, J. G. Saberes e incertezas sobre o currículo. In: SACRISTÁN, J. G. (org.). **O que significa o currículo?** Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, T. T. da. **Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntico, 2005.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

YOUNG, M. Para que servem as escolas?. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/GshnGtmcY9NPBfsPR5HbfjG>. Acesso em: 22 mar. 2021.

YOUNG, M. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 151, p. 190-202, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/4fCwLLQy4CkhWHNCmhVhYQd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

ZAVALETA, R. Clase y conocimiento. In: ZAVALETA, R. (org.). **La autodeterminación de las masas**. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p. 67-75.

#### Contribuições dos autores

MLSLG: Criação e elaboração do trabalho, estruturação textual e conceitual. ACM: Revisão, complementação teórico-argumentativa do texto e submissão. EMSM: Revisão, complementação teórico-argumentativa do texto formatação e adequação aos critérios da revista.

**Editor:** Prof. Dr. José Luís Bizelli